

## EXHIBIT ASR 1, PART V

From: unknown Page: 2/18 Date: 9/6/2005 2:34:40 PM

06-09-05 13:30 002442358261

LINCE SERVIÇOS -&gt;222332501 ECM

Pag. 02

CO: *Waterson Hicks*  
 AFN: *HA LINDAS*

ANTRAL ESPÍRITO SANTO  
 JOSE JÚLIO FIGUEIREDO  
 ADVOGADOS  
 Rua Lúcia Paes, 28/30  
 Tel: 22395956 Fax: 222338811  
 LUANDA-

RECEBIMOS EM 8.8.2005  
 11.09.2005  
*[Signature]*

Excelentíssimos Senhores  
 Juizes Conselheiros  
 Tribunal Supremo

LUANDA

Vem o presente recurso da sentença de fls 130, lavrada no processo de embargos na qual, o Sr "juiz a quo", manteve o arresto do NM Centauri.

Inconformada com esta decisão, que lhe é desfavorável ao considerar improcedente a excepção de ilegitimidade alegada por si alegada, a CENTAURI SHIPPING LTD, proprietária do navio CENTAURI, objecto da medida cautelar de arresto, decretada no processo n.º 182/05, deduziu OPOSIÇÃO ao arresto, ao abrigo e nos termos dos art.º 405.º e 406º do CPC.

O processo de embargos segue a forma do processo sumário: art.º 405.º n.º 3. Consequentemente, findos os articulados, foi marcada audiência preparatória, (fls 92), cuja data constitui fls 102 e 103vº.

A audiência preparatória, para além da tentativa de conciliação, visa "preparar o julgamento das questões suscitadas nos articulados e que hajam de ser resolvidas no despacho sancionador" A.R.V. III pg.180.

Lendo a referida acta da audiência preparatória, constata-se que o mandatório da embargante tomou posição quanto ao pressuposto legitimidade, reiterou a posição de inexistência de quaisquer relações de grupo entre a Centauri Shipping e a Navitrans, reiterou a inexistência de "crédito marítimo" à luz da Convenção de Bruxelas de 1952, como resultado dos "negócios financeiros" realizados entre a NAVITRANS e a WESTERN BULK CARRIERS/S (BULK), a(o que) tudo, acrescentado ainda que em nenhum documento contratual dos FRA,S há qualquer referência ao navio Centauri, o que de todo o modo seria irrelevante.

Nessa audiência, de substancial e substantivo, a embargada limitou-se a reiterar a sua opinião de que:

"quanto aos contratos de fretes futuros o seu objecto fundamental é utilização de navios de um crédito marítimo por embarcações "sic", fls 103 vº. (sublinhado nosso) Só por manifesta ignorância jurídica do que seja um contrato (de frete) futuro, como de que seja um crédito marítimo, justifica a identificação feita pela embargada na referida audiência preparatória.

Para além de ordenar a realização de audiência preparatória, o art 787º do CPC, que regula o processo sumário, manda observar o disposto nos art.º 510.º e 511º. -Sucedo, entretanto, que o "juiz a quo", agora o titular do lugar, sem dar uma razão não pertinente, decidiu realizar nova audiência preparatória.

96

1

From: unknown Page: 5/13 Date: 8/8/2005 2:34:40 PM  
 06-09-05 13:51 002442358261 LINCE SERVIÇOS ->222332501 ECM

Pag. 05

Audiência preparatória nova, porque

-Nos termos do art. 503.º, a audiência preparatória já se realizou (fls 92 e 102 a 103v.).

Tendo a embargante reclamado pela prática de um acto inútil, por ser repetitivo e ilegal, por não ter qualquer fundamento no direito processual em vigor (fls 125), em despacho lavrado a 09/5/2005, o "juiz a quo", sem decidir sobre a reclamação deduzida, mandou notificar as partes e ordenou conclusão para decisão (fls 126).

Não tendo aceite a "reclamação" da embargante sobre a falta de fundamento jurídico para repetição da audiência, decidiu encontrar-se em condições de resolver o processo. E sem que se tivesse realizado a audiência para tal finalidade, decidiu da excepção. Ora, se necessitava ouvir a discussão da excepção de ilegitimidade arguida pela Centauri Shipping, não se percebe que tenha ficado esclarecido sem tal discussão ou como "descobrir" que a excepção já tinha sido discutida, mas fez tábuas para dos argumentos expendidos pelas partes e registados na acta própria.

É assim que no despacho saneador-sentença, decidiu, de seguida e sem mais, da improcedência dos embargos.

É desta decisão, resultante de um processo "castrado", que nasceu o presente recurso.

Quando respeite os termos do art.º 659.º do CPC, n.º 1, a sentença estrutura-se por uma exposição sucinta do pedido e seus fundamentos, dos fundamentos e conclusões da defesa, de ocorrências de interesse para o conhecimento do litígio e fixação precisa das questões a resolver.

De acordo com o n.º 2, o juiz fará o exame crítico das provas e estabelecerá os factos que considera provados; depois interpretará e aplicará a lei aos factos, concluindo pela decisão final.

A actividade jurisdicional do juiz neste processo dirige-se exclusivamente à decisão sobre a procedência dos argumentos apresentados contra a decisão de decretamento do arresto requerido pela BULK.

Com os embargos a Centauri Shipping pretende demonstrar que o arresto não tem fundamentos face à Convenção de Bruxelas de 1952 conjugada com o art.º 442.º e seguintes do CPC.

Alocou para o efeito, como causa de pedir, um somatório de factos que demonstram a inexistência de fundamentos para o arresto decretado e termina com o pedido que seja declarada a sua, pela Centauri, ilegitimidade.

O art.º 510.º do CPC (n.ºs supra) determina que "realizada a audiência preparatória (...) é proferido dentro de quinze dias despacho saneador para os seguintes fins:

- a) Conhecer, pela ordem designada no art.º 283.º, das excepções que podem conduzir à absolvição da instância, assim como das nulidades (...)
- b) Decidir se procede alguma excepção peremptória
- c)...

06-09-05 13:51 002442358261

From: unknown Page: 8/13 Date: 9/6/2006 2:34:40 PM  
LINER SERVIÇOS ->222332501 ECM

Pag. 36

Ao cumprir o art.º 510.º, no despacho genérico no saneador, o juiz a que diz, entre o mais, que "as partes são legítimas e estão devidamente representadas pelos seus procuradores", referindo-se ao processo de embargos-Pr.º 183/05, e justifica essa declaração.

A declaração em termos genéricos no despacho saneador é uma declaração não fundamentada.

Em termos de legitimidade o único problema que se tinha era o da ilegitimidade arguida pela Centauri Shipping.

Quando, estranhamente, e antes de se pronunciar sobre a excepção de ilegitimidade arguida pela Centauri Shipping, o juiz reza, ao amparo do que é princípio processual explicar por que razão as partes são legítimas.

Importa portanto analisar os argumentos utilizados para declarar a legitimidade da Navitras, tendo presente que se está a tratar de um arresto fundamentado na probabilidade de existência de um crédito marítimo.

O juiz justifica a legitimidade da Navitras com base 1- nos contratos de futuros e 2- na (apenas imaginada) propriedade do navio CENTAURI:

*Para tanto, reza a sentença:*

*"O contrato em causa, que é de fretes de futuros, (...) foi celebrado sem dívidas nenhuma entre a Western Bulk Carrier N/S e Navitras, (flz 130);  
é sobre os navios I, II e III o navio Centauri de que celebrado o contrato de fretes futuros. Aliás "É só por isso" que o próprio contrato se denominou de "Fretes Futuros" destinando-se para a exploração e gestão de navios" (flz 131); e no âmbito do mesmo contrato (...) não pagou os valores respeitantes aos meses de Setembro, Outubro, Novembro e dezembro de 2004 e os de 2005. (flz 131);  
e portanto, só não partes legítimas neste processo a Western Bulk Carrier e Navitras Maritime. Isa proprietária do navio Centauri.*

#### **DO CONTRATO DE FRETES FUTUROS**

Para que as dívidas resultantes de contratos de fretes futuros fossem fundamento de arresto era necessário que tais contratos tivessem gerado um crédito marítimo.

O que é juridicamente impossível, como já se demonstrou e vai reiterar.

-Na acta da audiência preparatória, a embargante deixou clara a natureza dos FFA's, questionando se resultam dívidas que se constituam em créditos marítimos.

-É notória, como se demonstrou pela natureza especulativa do contrato denominado FFA que por um lado, não só os créditos deles nascidos não constituem créditos marítimos nos termos da Convenção de 1952 pois derivam de contratos financeiros especulativos- como,

98

3

36-09-05 13:52 002442358261 From: unknown Page: 7/18 Date: 8/6/2005 2:34:40 PM  
 LINGE SERVIÇOS ->222332501 BLM

Porque o pretensão crédito marítimo que a A. reclama se funda nos FFA'S importa dizer que os chamados FFA'S não são contratos marítimos :

Os FFA'S são contratos financeiros especulativos entre particulares, celebrados por conseguinte, fora das Bolsas ( de valores ou de mercadorias)-tal como o Baltic Exchange, que é uma Bolsa de comércio internacional de carvão, madeira, óleos e cereais, sediada em Londres, mas não de contratos de navios.

E quando o juiz diz a fls 131, que "o próprio contrato se denominou de "FRETTES FUTUROS" (porque) Destina-se para a exploração e gestão de navios, essa afirmação resulta da confusão que fez entre contratos de FFA o a Admissão ao Contrato de Mútuo (Loan Agreement) referido na Sentença a fls 130 e a fls 48 do Pr 182/05.

Como contratos financeiros que são, podem ser celebrados entre quaisquer interessados, e o simples facto de, como no caso em apreço, terem sido celebrados entre duas empresas "marítimas", isso não os qualifica como contratos de que resultem créditos subseqüentes ao art.º 1, nº1 da Convenção de Bruxelas de 1952 . sobre atreitos de navios de mar.

-Mas mais importante do que a natureza das entidades que celebram contratos de futuros é a causa dos contratos.

Nos chamados "Contratos de Futuros" em que se incluem os FFA'S, pode-se intervir por três vias, i.e., com uma de três finalidades:  
 Cobertura de Riscos; Arbitragem; Especulação.

Diz-se que uma decisão está sujeita a RISCO quando há um conjunto de resultados que podem surgir desta decisão e quando se pode associar probabilidades conhecidas a cada um dos resultados possíveis.

In Dicionário de Economia VERBO ; Baumeck e outros, pg. 375.

Também numa perspectiva mais jurídica, o risco consiste na determinação de quem suporta os prejuízos resultantes dum caso fortuito ou de força maior.

Prof. Pessoa Jorge, in Pressupostos da responsabilidade civil, pg 121

Ora, quando a WBC e a Navitras celebraram os contratos de fretamento dos navios celebraram-nos com preços fixos, portanto nenhuma das partes ficou a correr riscos. Essa taxa ou preço fixo, é a taxa a considerar para efeito do contrato marítimo.

Em termos de contratos de utilização de navios, celebrado o contrato as flutuações dos fretes são contratualmente irrelevantes, nada significam juridicamente, porque também aqui os contratos são para serem pontualmente cumpridos.

As taxas fixas dos contratos de fretamento, funcionam nos "FFA'S" como referência para determinação do valor que, findo o prazo contratual, será devido por uma das partes à outra.

Portanto ao contrário do que pretende a A. não há flutuações nas taxas de fretes, contra as quais se proteja com os referidos contratos, justamente porque as taxas previamente acordadas são fixas.

85-09-05 13:52 002442358261 From: unknown Page: 8/13 Date: 9/8/2005 2:34:40 PM  
LINES SERVIÇOS ->222332501 ECM

Pag. 05

A ARBITRAGEM consiste basicamente no desvio de fundos a curto prazo, de um investimento para outro de modo a obter maiores ganhos e sem envolver risco.  
(In Dicionário de Economia VERBO, Bannock e outros, pg 28.)  
É fácil concluir que não há qualquer investimento de fundos que permita concluir por uma operação de arbitragem.

Resta a ESPECULAÇÃO que consiste na compra e venda com vista à obtenção de lucros posteriores, quando os preços se tiverem alterado.

Tanto a BULK como a NAVITRANS contratarem para especular com a variação das taxas dos fretes nas linhas, variação de natureza bolsista, portanto desconhecida da Convenção de Bruxelas de 1952. Foi justamente o que se passou com os preços dos Contratos FFA'S das quais resultaram as dívidas da Navitrans para com a WBC.

Dívidas, reitera-se, resultantes de contratos de natureza financeira, que não são contratos marítimos.

Foi justamente um contrato de futuros, financeiro, perfeitamente enquadrável nestes parâmetros da especulação que a WESTERN BULK CARRIERS K/S celebrou com a NAVITRANS MARITIME, e não com a CENTAURI SHIPPING.

E foi por incumprimento das cláusulas dos contratos de futuros (especulativos) que a WBC (BULK) acionou a NAVITRANS e só a NAVITRANS, no tribunal de Londres.  
Doc anexo

A qualificação dos contratos de futuros, os FFA'S como "créditos marítimos" que a A. BULK, alega como causa do pedir, constitui-se em erro de direito na forma de erro de interpretação e aplicação da lei.

O que se comprova com a definição de "créditos marítimos" constante no n.º 1 do art.1.º da Convenção de Bruxelas: "significa a alegação de um direito ou de um crédito proveniente de uma das causas seguintes"; e dessas seguintes dezasseito causas de créditos marítimos, a Convenção não inclui os créditos ou direitos que resultam para o seu titular, de negócios especulativos, ainda que a base ou referência da especulação seja um contrato de utilização de navio.

Sobre a interpretação do conceito de "crédito marítimo" atestamos uma sentença de um tribunal de recurso francês e ouçamos a análise doutrínica da Convenção de Bruxelas de 1952 por dois consagrados Professores universitários e ilustres marinistas:

DA COUR D'APPEL D'AIX-EN-PROVENCE (2e Ch. com.)

26 Outubro de 2001 no caso da sociedade BAY HARBOR MANAGEMENT et a. c/ SAs PANTHER MARINE ENTREPRISES Ltd e a propósito do arresto do navio *Cannar Supreme* defendeu:

Que a Convenção Internacional de Bruxelas de 1952 relativa à Unificação de certas regras em matéria de arresto de navios « ... doit être interprétée restrictivement. Aussi, si le législateur a entendu limiter, dans un but de clarté et d'application internationale, les cas où une créance devait être considérée comme maritime, il n'appartient pas au juge national, lorsqu'il interprète une telle convention, d'étendre les cas prévus ».

5

100

06-09-05 13:52 002442353261 From: unknown Page: 5/13 Date: 9/6/2005 2:34:40 PM  
LINCE SERVIÇOS ->222332501 BCM

Pag. 59

( vide *Le Droit Maritime Français* N° 624- Março de 2002 -, pág. 265 )

M. F. Berlingieri na sua análise comparativa da Convenção de 1952 sobre arresto de navios com a nova Convenção ( 12 de Março de 1999- que não está em vigor em Angola ) -vide *DMF* 1999, N° 403, (p. 407) destaca que a nova Convenção mantém a técnica da anterior -critério do numerus clausus para os créditos marítimos - « principalmente por que uma lista aberta teria causado uma incerteza incalculável e teria deixado aos tribunais uma liberdade excessiva o que é prejudicial à uniformidade » ( do direito internacional , precisamos nós ) O mesmo entendimento sustenta esse ilustre mestre no seu livro « Arrest of Ships » -publicado pela Lloyd's Law Press .

A referida Convenção , de que Angola é parte , traz uma definição clara do que é o arresto : " Arresto " significa a imobilização de um navio, mediante autorização da autoridade judiciária competente, em garantia de um crédito marítimo, mas não compreende a apreensão de um navio baseada em título executível.

No mesmo sentido vide o professor Vigil Toledo ao comparar as disposições da Convenção de 1952 sobre o arresto de navios com a legislação dos países andinos ( Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela ) elaborada na mesma linha assinala que tais disposições " ... son en la realidad, excepciones a la regla general de derecho que estipula que todos los bienes del deudor constituyen prenda general sobre la cual puede hacerse efectivo un embargo, salvo las excepciones expresamente señaladas en la ley. En este sentido, ambos convenios ..... son excepción a la regla general de derecho en la medida en que las buques solo pueden ser embargados por créditos marítimos específicamente indicados en dichos instrumentos y no pueden ser embargados por ningún otro crédito " ( El embargo preventivo de buques en la Comunidad Andina Anuario de Derecho Marítimo VOL XX , pág. 284 )

É forçoso concluir que a qualificação dos contratos de fútuos, os FFA'S, como "créditos marítimos" que a Autora BULK, alega como causa de pedir, constitui-se em erro de direito na forma de erro de interpretação e aplicação da lei.

Mes porque tem que justificar a legalidade do arresto pelo conceito de crédito marítimo, para fundamentar essa legalidade, o juiz "decide" que o contrato de fútu tem por objecto a actividade do navio Centauri.

E porque, objectivamente, o "juiz a quo" pretende, a todo o transe, manter o arresto isto só é possível eliminando a Centauri Shipping pela fiação da propriedade que se vê forçado a atribuir à NAVITRANS, (fls 131) contra as suas próprias palavras, igualmente a fls 131.

É que sendo a Navitrans a proprietária do navio arrestado, então a Centauri Shipping não teria legitimidade para intervir por embargos, porque o processo de arresto era entre outras partes.

Faz-se assim, táboa rasa do fundamento da legitimidade da Centauri Shipping: a propriedade do navio.

Verdadeiro equilíbrio instável

06-09-05 13:53 00244233261 From: unknown Page: 10/13 Date: 08/20/05 2:34:41 PM  
LINCE SERVICES ->222332301 ECM

Pag. 10

É por este caminho náo que o juiz a quo julga poder abrir a porta á applicação do art.º 3.º da Convenção de Bruxelas de 1954 que diz "qualquer autor pode arrestar o navio a que o crédito se reporta, como qualquer outro pertencente áquele que na data da constituição do crédito marítimo era proprietário do navio a que este crédito se refere".

Acresce, por outro lado, não há o mais simples indício de prova de que tais FFA'S respeitassem sequer ao n/m Centauri.

Condição para que a Centauri Shipping Ltd respondesse com aquele seu património, o n/m Centauri, é que a mesma fosse parte de um contrato de utilização de navio e dele lhe resultasse qualquer obrigação que não tivesse cumprido.

A sentença contém um manifesto erro de juízo porque aparcia erradamente os factos, ao considerar como parte do contrato FFA a Centauri Shipping quando esta, na realidade é apenas parte no Contrato de gestão celebrado com a Navitras Maritime.

#### DA LEGITIMIDADE DA NAVITRAS

É estranha, incompreensível e inadmissível, porque juridicamente infundada, a qualificação da Navitras como parte legítima no processo 183/05 (embargos), porquanto, percorrendo o referido processo, não se vê nela qualquer representação da Navitras Mais.

A Navitras só é parte legítima, enquanto requerida, no Pr. n.º 182/05 (cancelar).

A sentença contém um erro de juízo porque aparcia erradamente os factos.

Há erro do direito ao considerar parte num processo quem não se fez representar no mesmo art.º 32.º n.º 1 al.a) do CPC, muito embora a Navitras, enquanto requerida, pudesse ter agravado ou embargado. Não o tendo feito nem sequer é parte.

Nos termos do art. 668.º n.º 1 al.c) a sentença é nula porque não especifica os fundamentos de facto e de direito para a decisão de considerar a NAVITRAS IN PROPRIETÁRIO, pois os fundamentos invocados pelo juiz, deveriam logicamente conduzir ao resultado oposto ao que vem na sentença, i.e., concluir pela ilegitimidade da Navitras no Pr 183/05.

Mas esta conclusão pelo juiz a quo, da legitimidade da Navitras in proprietário contradiz o que o próprio juiz diz a fls 132, onde no parágrafo 4.º se reconhece que proprietário é a CENTAURI SHIPPING.

Além, até á presente data, neste triplico que são os processos relativos ao navio Centauri, não se viu ainda qualquer intervenção, de qualquer tipo, da NAVITRAS.

#### DA LEGITIMIDADE DA CENTAURI SHIPPING

Seguidamente, diz a sentença:

"Há excepção de ilegitimidade que um cumprimento de decisão".

Esta excepção de ilegitimidade foi efectivamente arguida pela Centauri Shipping no processo de embargos, considerando o facto de ter sido arrestado o navio Centauri, de sua propriedade.

102

7

05-09-05 13:53 002442358261 From: unknown Page: 11/13 Date: 9/6/2005 2:34:41 PM  
LINCE SERVIÇOS ->222332501 ECM

pag. 14

Na decisão sobre a excepção o juiz a que foge da análise dos argumentos apresentados pelas partes, para se embrenhar em elucubrações que nada têm a ver com a matéria. Como se provará.

Diz o despacho, a fls 131

"Sem mais julgo improcedente a excepção de ilegitimidade da CENTAURI SHIPPING LIMITED no Processo de arresto pelos seguintes factos:

**FACTOS :  
APRECIANDO "**

A seguir, quando pareceria que iria, com factos, discutir a validade dos factos em que nos embargos se alicenciava a ilegitimidade da CENTAURI SHIPPING, LIMITED, afinal o que o juiz faz é deduzir factos com os quais, segundo é lógica jurídica, tira a conclusão, a fls 132:

"Portanto, partes legítimas no processo de procedimento cautelar de arresto e nos respectivos embargos opostos ao arresto do navio a motor "Centauri" são WBC Western Bulk Carrier K/S e a Navitras Maritime Inc. que de entre tantos (?) acordavam nos respectivos contratos uma taxa de USD 22.400,00 por dia para o ano de 2004 e USD 11.500,00 para o ano de 2005 (fls 15 do procedimento cautelar)

Ora, uma taxa de USD 22.400,00 por dia, nos meses de 30 dias ( Setembro e Novembro) daria USD 672.000,00/mês e nos meses de 31 dias ( Outubro e Dezembro) daria USD 694.400,00/mês.

On seja, a requerente que reclama USD 858.674,00, reclamaria USD 2.732.800,00.

Este parra serve para se ver e confusão que o faz a quo faz entre o que é contrato marítimo de utilização de navio e os FFA'S.

Esta confusão que nasce do desconhecimento do que seja um FFA, cuja natureza especulativa leva a que possam ser diferentes a cada passo os valores devidos por tais contratos.

Justamente porque as suas taxas são determinadas pelo Baltic Exchange que é uma Bolsa diversamente de um contrato marítimo em que são os contratantes quem fica o preço: veja-se que a referência dos FFA'S é a taxa fixa dos contratos

Iguamente, confunde o FFA com um contrato de seguro (fls 132, parágrafo 5.º)

Portanto, e contrariamente á sua afirmação de fls 133, o juiz não mostra como "estão preenchidos os requisitos previstos no art.º 510 e sobretudo na sua al.c?) ou al.e?)

Esta afirmação de fls 133 é meramente formal, totalmente vazia de conteúdo jurídico material, em especial a referência á al.e?) c?) cuja concretização exigiria que o juiz fizesse o exame crítico das provas para possibilitar o controlo do processo de formação da decisão.

Fazem crítico a que o "juiz a quo" foge porque dele resultaria que o navio Centauri é de propriedade da Centauri Shipping (fls 72), que não foi objecto de nenhum contrato

103

From: unknown Page: 12/13 Date: 8/6/2005 2:34:41 PM  
 06-09-05 13:53 002442356261 LINEE SERVICES -->22233250! ECM

Page, 12

de FFA porque estes são contratos financeiros de mera especulação e que o contrato FFA'S não são contratos de utilização de navios, que o contrato marítimo de utilização de navio tinham uma taxa fixa (doc

Mas acima de tudo isso, resultaria claro que o despacho anexado apenas serviu para suportar a intenção de manter a decisão ilegal de decretamento do arresto.

O juiz, a não considerar procedente a excepção deduzida, seria obrigado a elaborar no processo de embargos especificação e questionário e os factos relevantes surgiriam em toda a sua clareza e nitidez, porquanto a contrariedade à sua afirmação não se prova

Porque no processo de arresto, o juiz e que, igualmente, infringiu o art. 699.º do CPC porque não indicou as razões jurídicas do decretamento do arresto, o que vem agora a ser claramente revelado na expressão "pagar o que deve".

Irregular porque violado por uma posição totalmente ao arrepio do direito: "pagar o que deve" contraria a natureza jurídica da causa de pedir no processo de arresto; mas probabilidade de existência de

Ao definir que a requerida (qualquer que ela seja) deve à requerente o valor que esta reclama, o juiz extrai um juízo conclusivo a partir da probabilidade de existência de um direito, ofendendo gravemente o princípio da necessidade de prova expresso no art.º 1 do art.º 514.º da CPC.

Mais diz a sentença, a fls. 133:

"Verifica-se deste modo a violação do Art.º 762, 762, 798º do Código Civil e em consequência julgo provada toda a matéria de facto articulada pela requerente WBC Carriers K/S.

Ora, factos não se provam por haver violação de uma lei; pelo contrário provando-se o facto é que pode haver violação da lei

**-EM CONCLUSÃO.**

Na prolação da sentença o "juiz a quo" não obedeceu aos critérios legais previstos nos art.º 659.º e 660.º, ambos do CPC.

Da sentença não resulto provado que os contratos futuros (FFA'S) são contratos de que resultam créditos marítimos, pelo que a consideração da existência de crédito marítimo constitui erro de direito por interpretação errada da lei aplicável, a Convenção de Bruxelas de 1952.

06-09-05

13:54 002442358261

From: unknown

Page: 13/13

Date: 8/6/2008 2:34:41 PM

LINCR SERVICOS -&gt;222332501 EGM

Pag. 13

A sentença contém um manifesto erro de juízo por que aprecia etadamente os factos, ao considerar como parte do contrato FFA a Centauri Shipping quando esta, na realidade, é apenas parte no Contrato de gestão celebrado com a Navitras Maritime

-A sentença contém um erro de juízo quando ao considerar a "Navitras-Maritime" in proprietário do navio Centauri "(sic) posição que assume sem qualquer espécie ou tipo de fundamentação, e contrariando a prova documental da propriedade da Centauri Shipping Limited, assim infringindo o art.º 662, nº1 al.c)

-A sentença contém um gravíssimo e significativo erro de direito ao profetir no processo de embargos decisão sobre matéria substantiva : "...pague o que deve" (sic), matéria que apenas pode ser decidida na acção principal, de que o processo de atreito( e concomitantemente os embargos) é dependência, assim ultrapassando o objecto do recurso.

-Se a Centauri Shipping é parte ilegítima, e não foi alegada prova de que o N/M Centauri é propriedade da Navitras-Maritime Co, a decisão ofendeu o disposto no art.º668.º nº1, al.b) e o arresto foi profetido ilegalmente, devendo ser imediatamente levantado

A sentença é nula, nos termos do n.º1, al.d) 1.ª parte do art.º 662.º do CPC. 1.ª parte, ofendeu o disposto no art 510.º al. d) porquanto o juiz não apreciou o problema posto pela sua embargante sobre a natureza dos FFA's e a impossibilidade da sua substituição ao conceito de créditos marítimos como condicionados pelo n.º 1 art. Da Convenção de Bruxelas de 1952

Admitindo, sem conceder, a declarada legitimidade da NAVITRAS no processo de embargos, tal não implica, necessariamente a improcedência da excepção de ilegitimidade arguida pela CENTAURI SHIPPING LTD.

#### **Nestes termos e nos mais de direito**

Deve considerar-se procedente e provada a excepção de ilegitimidade arguida por CENTAURI SHIPPING LIMITED, e em conformidade deve ser revogada o saneador sentença profetido e ordenada a prestação de despacho que ordene o levantamento do arresto

- Se assim se não entender deve ser considerada nula o despacho saneador profetido, ordenada a apreciação da questão da ilegitimidade arguida e se não houver elementos suficientes para que a mesma seja considerada procedente conduzindo à absorção da instância da Centauri Shipping e do N/M Centauri, elaborou-se a devida especificação e questionário, para prosseguimento dos autos.

40

105

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

JUDGMENT

PROCEEDING No. 955/05

IN THE CIVIL AND ADMINISTRATIVE CHAMBER OF THE SUPREME COURT, THEY  
AGREED, IN CONFERENCE, IN THE NAME OF THE PEOPLE:

IN THE MARITIME MATTERS DIVISION OF THE PROVINCIAL COURT OF LUANDA,  
CENTURI SHIPPING LIMITED – VALLETA, MALTA brought third party proceedings by an  
embargo on the arrest decided in favour of WBC – WESTERN BULK CARRIERS subject to  
an embargo

The party imposing the embargo maintains its claim invoking in summary that:

It is the owner of the arrested vessel since it entered into with "Navitrans-Maritime Inc" only  
the nautical and commercial management contract relating to the arrested vessel.

The party subject to the embargo was fully aware that the vessel Centauri belonged to  
Centauri Chipping [sic] Limited, in stating that the same vessel is owned by Navitrans, it  
consciously omitted the truth.

The "FFA" freight futures contract entered into by Bulk and Navitrans at no time indicated the  
vessel Centauri as an asset capable of arrest in the case of any breach of the contract.  
Admitting that FFAS contracts had been entered into with reference to the vessel CENTAURI,  
it is important to analyse, in the light of the contract attached to the records, which powers  
were conferred on the manager.

The Judge which gave in its learned Judgment did not state for what reason the FFAS  
contract was binding on the arrested vessel.

The party subject to the embargo at no time presented any evidence that the debts contracted  
referred to the management of the vessel Centauri.

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

The only contract attached to folio 16 refers to the contract for future sales, dated 06 January 2004 in which the parties are Western Bulk Carriers K/S, now party subject to the embargo and purchaser and Navitrans-Maritime as seller.

The party imposing the embargo did not expose any documents, proving both the requirement of existence of probability of the credit and a legitimate fear of losing the ability to raise credit and the existence of a mortgage as a guarantee of obligation nor did it plead facts indicating that the assets of Western Bulk was at risk.

Ends by applying for:

- 1) The party subject to the embargo to be ordered to pay compensation for the losses suffered at the minimum value of US Dollars 519,000.00.
- 2) The party subject to the embargo to be ordered to pay any losses and damages to the cargo intended for the port of Borna [?] calculated at the amount in USD of 300,000.00
- 3) Fine for malicious abuse of legal process.

The party subject to the embargo was notified on folio 19 and entered third party proceedings invoking in summary:

That Navitrans Maritime Co. is a company owned by Sr Joannis Tingas and Evgeni Tingas, then the assets of Centauri Shipping Limited are liable for the debts of Navitrans Maritime and vice-versa.

That pursuant to the Brussels Convention irrespective of the nationality of the parties and their residence, there are legal reasons for the arrest of the vessel to which the claim relates and that of any other vessel belonging to the debtor,

That pursuant to the Brussels Convention of 1952, on arrests of sea-going vessels, to which Angola is a party, maritime claims are rights arising out of contracts relating to the use of vessels or their ownership.

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

That having made it compulsory to transcribe the record of the Companhia de Malta, relating to the ownership of Centauri Shipping Limited there appeared as shareholders: KING MARTIME CO. AND JOANNIS TINGAS as directors. Doc. Folio 26.

In the addendum to the mortgage contract it is recorded that it was entered into between the lender MEGA BANK and borrower KING MARTIME CO. and in the same contract JOANNIS TINGAS signed as guarantors.

Centauri Shipping Limited and Navitrans Maritime Co. acted as a single person in relation to the stratagem.

It concluded by applying for the lack of grounds for the embargo, maintaining the arrest decreed.

As to the application for compensation made by the party imposing the embargo, it is applied that this be set taking into account the total list of damages caused, the degree of culpability of the official, his financial situation and other circumstances worthy of consideration.

Having held the preparatory hearing, the parties did not reach an agreement on the matter disputed.

Then the Judge in the case at the phase of consolidation and condensing, knew the merits of the case, maintaining the arrest already decreed.

In disagreement with the decision on folio 130, the party imposing the embargo appealed for it to be admitted with suspensive effect.

Also in the court a quo the appellant presented its learned and exhaustive pleadings as seen on folios , invoking in summary that:

Centauri Shipping owner of the vessel Centauri is a third party relating to the contracts entered into by NAVITRANS, as manager of the vessel, in no way is it permitted to include clauses in

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

the contract, such matters in the arrest of the management contract entered into between both parties.

The party imposing the embargo took a position as to the assumption of substantive legitimacy, reiterating that there was no group relationship between Centauri Shipping and Navitrans and Western Bulk Carrier.

With the embargo it claimed it was proving that there were no grounds for the arrest in view of The Brussels Convention of 1952 and in the light of the law on proceedings.

"FFAS" futures contracts are speculative financial contracts between individuals entered into outside the stock exchange since no debts result from them nor do not constitute maritime claims pursuant to the 1952 Convention due to the speculative nature of the contract.

Both Navitrans and Bulk entered into a contract to speculate with the variations in freight rates in the lines, these variations of a stock exchange nature are not known in the 1952 Brussels Convention.

The debt results from financial contracts and not from maritime contracts.

It was due to a breach of the clauses of the speculative financial futures contracts that WBC took action against Navitrans Maritime and not Centauri Shipping.

From the addenda to the Loan Agreement for the management and operation of the vessel there were no claims which can be subsumed into the 1952 Brussels Convention on arrests of sea-going vessels.

According to that convention, maritime claims irrespective of the nationality of the parties and their residence are legal reasons for the arrest of the vessel to which the claim relates like any other vessel belonging to the debtor (art. 3 of the convention).

It concluded by applying for acceptance of the grounds of the plea of illegitimacy of Centauri Shipping, ordering the production of the consolidating order.

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

PREVIOUS MATTER

At this instance the party subject to the embargo on folio 206 applied for notification to present counter-pleadings.

The application now made is upheld, invoking for that purpose that:

It became aware at the registry of this instance that the records had a period of time for the legal conditions because there is no certificate in the records proving their notification to present counter-pleadings.

However it occurs that having made records compulsory, it is recorded that on folio 186 the party subject to the embargo was properly notified of the period of ten days for counter-pleadings.

As the period was granted and because the action was not shown to be carried out, the Judge in the case gave the order on folio 186 considering the period for presentation of that procedural document precluded.

According to the current legal theory defended by João Castro Mendes page 135 *P. Civil III* *If any of the parties applies for examination for the pleadings in the court "a quo" and does not plead, the possibility of pleading in the higher court is lost.*

Thus, we can conclude by saying that only the party subject to the embargo, did not have any reason for making a petition since the absence of counter-pleadings only had to be attributed.

On these terms, the fine of Kz. 10,000.00 is applied for the anomalous incident pursuant to art. 38 no. 3 of the Code of Court Costs.

DECIDING

In the case in question, it important to decide in the first place the legal relationship between Centauri Shipping and Navitrans and Western Bulk Carrier, then secondly to give a decision on the arrest carried out.

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

On 21 January 2002, the nautical management and commercial contract was entered into between Centauri Shipping Ltd, owner of the vessel and Navitrans Maritime Inc. as the manager of that vessel. Folio 62.

Subsequently, another contract called freight futures FFAS was entered into between Navitrans Maritime Inc and Western Bulk Carrier, with offices in Norway, with the aim of protecting against any significant fluctuations in freight rates during the contractual periods, relating to the months of July, August, October, and December of the year 2004, with Navitrans Maritime taking on the obligation to make payments on 30 July 2004, 31 August 2004, 30 September 2004, 30 November 2004 and December 2004, of 7004 [sic].

Still within the validity of the same contract due to a breach by Navitrans Maritime Inc, Western Bulk Carrier proceeded with collection of the invoices corresponding to the months of September to December totalling in USD 858674.08(doc. Folio 20).

In the mean time on 8 July 2004, the addendum was completed and another contract entered into between Omega Bank S.A. bank corporation established in the light of the laws of the Republic of Greece, appointed as lender and borrowers King Martine, Admiral Navigation Limited, Venus Shipping Limited, and Centauri Shipping Limited (folios 48 to 57 of the Precautionary measure).

In the same addendum, requested additional guarantee from the borrowers -- with the aim of protecting probable debts that is timely nonfulfilment of the obligations taken on, these in turn offered as the guarantee of the ability to raise credit the following assets:

I – Vessel (motor: "ADMIRAL" registered as owned by the guarantor named Admiral Navigation Limited under the flag of the Marshall Islands

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

2 – Vessel II the motor vessel "VENUS" registered as owned by the guarantor Called Venus Shopping [sic] Limited under the Maltese flag.

3 – Vessel III the motor vessel "CENTAURI" registered in the name of the guarantor called Centauri Shipping Limited, under the Maltese flag (folio 48 57 Precautionary measure)

In the case *sub judice* we can immediately highlight the existence of three separate and independent legal relationships.

Whereas in the first legal relationship we have in one of the relationship poles as lender the bank Western Bulk Carriers and borrower Navitrans Maritime, the contract had as its scope "FFAS" freight futures, however the parties did not agree the special guarantees for obligation.

In the second legal relationship there are the active and passive subjects respectively Centauri Shipping Ltd and Navitrans Maritime, having as the object of the contract the nautical and commercial management of the vessel Centauri, under the Maltese flag also omitted as to the guarantee of the obligation.

Finally, there exists the third legal relationship in which the contracting parties assume as contracting parties the bank institution called Omega Bank established in the Republic of Greece in the active pole and as the counterpart in the passive pole the contracting parties King Maritime, Admiral Navigation Limited, Venus Shipping Limited, Centauri Shipping Limited.

In the contract just referred to, the parties protecting any breaches awarded as a special guarantee of the obligations the following assets:

Vessel I motor "ADMIRAL", Vessel II motor "VENUS", Vessel III motor "CENTAURI".

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

In view of the facts just stated to be considered, we can conclude that it is a case of very separate legal relationships with very separate subjects, objects and guarantees.

Another without even checking the records that the document called the addendum to the loan contract offering the vessel Centauri as the guarantee refers only to the loan contract entered into between Omega Banc C.I. bank institutions completely separate from Western Carrier also bank institution with which Navitrans C.O. entered into the FFAS freight futures contract.

From the evidence brought to the records, the appellee did not prove that the vessel Centauri with registration no. 286 of 200 is actually owned by Navitrans Maritime, it was transformed into a guarantee for debts which related to it folio 26 since the documents set out on folios 21 to 31 did not contain any reference to that vessel and that the vessel arrested was the object of the contract entered into between Western Bulk Carrier and Navitrans.

Here the question is raised of knowing whether Western Carrier could indicate the vessel CENTAURI owned by Centauri Shipping as being arrested for a debt contracted by NAVITRANS in the freight futures contract?

In the field of civil law, it is said that a person has legitimacy to carry out certain actions when it is the passive or active subject in the legal situation over which the stated actions will exercise their effect, or when it has a legal document which allows it to release legal effects in another legal environment Ana Prata "*Dicionario Juridico*" (legal dictionary) page 605.

In that direction too, we find the thinking of Carlos Mota Pinto in "*Teoria Geral do Direito Civil*" (General Theory of Civil Law) page 256. According to which in principle there is legitimacy for a specific business for subjects whose interests are modelled in the business and there will be a lack of legitimacy whenever it is claimed to derive legal effects from a business, rights, taking on obligations, binding on other persons, who have not

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

intervened in the business, giving rise to the legal sanction of invalidity or cancellability.

If we restrict ourselves to the addendum concluded on 8 July 2004 between Omega Bank S.A., bank corporation established in the light of the laws of the Republic of Greece appointed as lender and borrowers King Martine, Admiral Navigation Limited, Venus Shipping Limited, and Centauri Shipping Limited (folios 48 to 57 of the precautionary measure) offering amongst others the vessel Centauri as one of the guarantees, we find that there is no legal relationship between Centauri Shipping and Navitrans and Western Bulk Carrier.

From the same document, we can also infer that Centauri Shipping, owner of the vessel Centauri, is a third party relating to the contracts entered into between NAVITRANS, as manager of the vessel arrested and Western Carrier.

In the case of separate legal relationships with very distinct subjects, objects and guarantees and because Navitrans was not a subject in the legal relationship binding the arrested vessel, Western Carrier had no unsuitable document, did not have any legal document, allowing the practice of any legal action likely to be binding on Centauri Shipping.

Contained as a general principle of the obligations that the assets of the debtor are liable for its debts (art. 601 no.1 of the Civil Code) the creditor which has a legitimate fear of losing its ability to raise credit for its claim is allowed to apply for the arrest of the debtor's assets pursuant to the law of proceedings.

The creditor also has the right to apply for the arrest against the purchaser of the debtor's assets. Art. 619 nos 1,2 of the Code of Civil Procedure.

From the legal stipulations referred to above, it is possible to learn that the legislator designed as a general rule of guarantee of obligations which are seized, arrested or executed in principle only

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

the debtor's assets, since the admissibility of seizure of the assets of third parties only in the cases expressly indicated by the legislator.

Thus, we can conclude that in fact the party subject to the embargo did not have substantive legitimacy.

The party subject to an embargo in a precautionary measure attached to folios 48 to 50 addenda of a contract offering the vessel Centauri as mortgage where the parties, object of the contract in some way are similar to the parties, the object and guarantees of the material relationship disputed in the precautionary measure.

The deliberate attachment of the stated document is shown to be intentional since it aimed to mislead the Court a quo

On these terms, the party subject to the embargo is ordered to pay a fine of Kz 24,000.00 (twenty-four thousand kwanzas) for malicious abuse of legal process.

As to the compensation as it is shown to be illiquid, the value to be awarded must be fixed in enforcement of the judgment.

In conclusion, we can state that deciding as it was decided did not go well for the Court a quo.

DECISION

On these terms and grounds, it was agreed [illegible]

1 - To revoke the decision appealed against [illegible],

2 - To order the [illegible] of the vessel arrested under official no. 6842

3 - To order the appellee to pay compensation to the appellant to be fixed in the enforcement of the judgment.

4 - To order the appellee to pay a fine for malicious abuse of legal process in the amount of Kzas 450,000.00 (four hundred and fifty thousand kwanzas).

5 - Costs for the appellee with [illegible] Kz 85,000 (eighty-five thousand kwanzas)

Luanda 17/11/2006 (signed)

SUPREME COURT  
CIVIL AND ADMINISTRATIVE CHAMBER

CERTIFICATE

I hereby certify that this photocopy which consists of ten folios of regular paper conforms perfectly to the original a quo it was taken and that for the relevant purposes it can be taken as being valid as a certificate of judgment and is duly signed and authenticated with the while seal in use in our Chamber.

Luanda, 21 November 2005

(signed)

[The [illegible] Secretary]



REFUGIA DE ANGOLA

இந்தியாவில் பிழைக்கிறார்கள்

14. (NR) 50

PHILIP H. KATZ 055/116

SA CAMARA DO CIVIL E ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL  
SUPREMO, ACORDAM, EM CONFERENCIA, EM NOME DO  
POVO:

NA SALA DAS QUESTÕES MARÍTIMAS DO TRIBUNAL  
PROVINCIAL DE LEONDA, CENTO SUÍSSOS LÂNGUA  
VALLETTA MALLA GEDONAL OROSPICHO DAS CUBICITAS DE LUGO  
destinado a SAZER DA CUBICATA WSC - WESTERN BURE  
CARRIERS

[illegible]

پیشہ ورانہ تعلیم کے شعبہ کے سربراہان کی طرف سے

Severas em momento algum, mesmo a nível Comunitário, para não esquecer o acesso ao canal de escoamento dos produtos de consumo. Acreditando que os contratos de STAS investem não só o comércio como a produção no novo CENSA-URB, importa lembrar, a fim de garantir mais segurança, que os produtos comercializados no sistema:

[illegible][illegible]



REPÚBLICA DE ARGENTINA

Tribunal Supremo

O único motivo para a fix. 10 refere-se ao conteúdo da versão finalizada em 30 de Janeiro de 2004 em que são feitas as alterações feitas. Causas K/S, ora condenada e compensada e a Navegantes Marítimas como vencedora.

A Embaixada não admitiu quaisquer documentos, produzindo, assim, o resultado de existência de proibição do crédito sobre o US-1000, razão de falta de validade documental sem como o conteúdo de uma hipótese caso parente da existência, sem alguns fatos indicados que o princípio da Western Bulk se encontra em risco.

Terminar a seguinte:

1- A condenação da embargada ao pagamento de indenização de danos patrimoniais no valor máximo em USD de \$19.400.000.

2- A condenação da embargada por eventual perda e danos patrimoniais de danos sofridos ao longo de tempo calculada no momento em USD de \$19.400.000.

Atenda às diligências da parte de

Notificação a embargada a fix. 10, de 2004, oposta, interposta em 19/05/04.

Que a Navegantes Marítimas C.A. é uma empresa, criada pela Sr. Juanita Lago e Miguel Torres, daí que o presidente da Cámara Sindical Limitada responde pelas dívidas da Navegantes Marítimas e vice-versa.

Que Nos termos da Convenção de Bruxelas, independentemente de nacionalidade das partes e de sua residência nos países, os danos de danos de danos e que o crédito repara sobre o de qualquer outro modo de danos e danos, e que a Convenção, art. 402 de C.C. Civil.

Que nos termos da Convenção de Bruxelas de 1952, sobre a responsabilidade de danos de danos de danos, os danos patrimoniais e danos resultantes de danos relativos a utilização de danos de danos e danos patrimoniais de danos.





REPUBLICA DE GUATEMALA

Tribunal Supremo

CONTRATO. estas cosas no atropo de contrato de gerencia celebrado entre  
ambos.

A continuación vamos poner a guisa de antecedentes de la siguiente  
substantiva, refiriendo a la existencia de cualquier negocio de compra-venta  
a Compañía Salmón y a Navieras y a Western Bulk Carrier.  
Que los señores pretendían demostrar que el contrato que había  
firmado hace a la venta de Bateles de 1952, pero como a los  
señores.

En contratos simples "FPA" y los contratos de gerencia especulativos  
entre particulares celebrados sin la bolsa de valores, en que éstos no  
resultan válidos pero constituyen créditos preferidos, nos referimos en  
comercio de 1952 debido a la naturaleza especulativa de éstos.  
Tanto a Navieras como a Bulk compraron para después con es-  
trategias de las cosas de los señores, refiriendo a los señores de manera  
bastante desconocida de la convención de Bruselas de 1952.

A dicha venta de contratos franceses y no de contratos marítimos.  
Fue por intermediación de algunos de los señores de Bruselas de  
Francia y especulativos) que a WBC accionó a Navieras Marítima y  
a la Compañía Salmón.

En relación al contrato de arrendamiento (Loan Agreement) destinado a gestión  
y explotación de navío, no resultan créditos subyacentes a la  
Convención de Bruselas de 1952 sobre tráfico de navíos de mar.  
Segundo esta convención los créditos marítimos no son susceptibles de  
nacionalización de las partes y su resolución son causas legales de rescate  
de navío a más o menos se refiera como cualquier otro navío  
pertenece al tráfico (art. 3 de la convención).

Concluyendo la resolución de la convención de Bruselas de 1952, en  
Compañía Salmón, ordenando a la cancelación de los créditos subyacentes.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Tribunal Superior

*[Assinatura]*

# QUESTÃO PREVIA

Nesta instância o embargado a fls. 106 veio requerer a nulificação para apresentar as contra alegações.

Sustenta o pedido em fundamentos invocando para o efeito que: Tinha conhecimento pleno do estado desta instância de que os autos corriam para para os vários órgãos, porém ignorava que antes estralido devendo a sua nulificação para apresentar as contra alegações.

Acontece porém que compulsados os autos constatou-se que a fls. 106 foi o embargado devidamente notificado para ao prazo de 10 dias contra alegar.

Plano prazo vencido e porque o ato não se tornou preclusivo não há de mais, e bem profaria o despacho de fls. 106 e considerando concluiu o prazo de contestação desta peça processual.

Segundo a corrente doutrinária defendida por João Carlos Mendes pag. 135 P. Civil III se alguma das partes recusar o prazo para as alegações no tribunal "a quo" e não alegar ocorre a possibilidade de alegar no tribunal de recurso.

Assim deduzo concluir dizendo que no subjeção não assiste qualquer razão ao pedido pois que a ausência das contra alegações só não deve ser impedida.

Pelas razões vai notificação multa em Kz. 10.000,00 pelo inadimplemento nos termos do art. 38 nº3 do Cod.Custas Judiciais.

RESOLUÇÃO

No caso em apreço importa decidir em primeiro lugar a relação jurídica entre a Companhia Sêntrópica e a Navelinas e a Western Bulk Carriers, para em seguida nos pronunciarmos sobre o pedido alegado.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Tribunal Supremo

Em 21 de Janeiro de 2002 foi celebrado o contrato de gestão náutica o comercial entre a Centauri Shipping Ltd, proprietária do navio e a Navitons Maritime Inc. na veste de gestora do mesmo navio. Este contrato foi celebrado em outro o contrato denominado de fletamento FPA'S entre a Navitons Maritime Inc e a Western Bulk Carrier, com sede na Noruega, visando assumir conjuntamente fletamentos significativos nas rotas de frete durante os períodos calendariais anteriores aos meses de Julho, Agosto, Outubro e Dezembro de 2004, tendo a Navitons Maritime assumido a obrigação de efectuar os pagamentos em 10 de Julho de 2004, 31 de Agosto de 2004, 30 de Setembro de 2004, 30 de Novembro de 2004 e Dezembro de 2004, de 2004.

Além da violação do mesmo contrato, por incumprimento da Navitons Maritime para Western Bulk Carrier procedeu a cobrança das faturas correspondentes aos meses de Setembro a Dezembro totalizando em USD 838474,98 - (oito, de 2004).

Em 8 de Junho de 2004 foi concluída a venda a um outro contrato comercial entre Omega Bank S.A. e a mesma freguesia estabelecida a luz das leis da República da Costa Rica, de 1990, de 1991, e 1992, e 1993, King Marine, Admiral Navigation Limited, Vesta Shipping Limited, e Centauri Shipping Limited, 1 de 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 2682, 2683, 2684, 2685, 2686, 2687, 2688, 2689, 2690, 2691, 2692, 2693, 2694, 2695, 2696, 2697, 2698, 2699, 2700, 2701, 2702, 2703, 2704, 2705, 2706, 2707, 2708, 2709, 2710, 2711, 2712, 2713, 2714, 2715, 2716, 2717, 2718, 2719, 2720, 2721, 2722, 2723, 2724, 2725, 2726, 2727, 2728, 2729, 2730, 2731, 2732, 2733, 2734, 2735, 2736, 2737, 2738, 2739, 2740, 2741, 2742, 2743, 2744, 2745, 2746, 2747, 2748, 2749, 2750, 2751, 2752, 2753, 2754, 2755, 2756, 2757, 2758, 2759, 2760, 2761, 2762, 2763, 2764, 2765, 2766, 2767, 2768, 2769, 2770, 2771, 2772, 2773, 2774, 2775, 2776, 2777, 2778, 2779, 2780, 2781, 2782, 2783, 2784, 2785, 2786, 2787, 2788, 2789, 2790, 2791, 2792, 2793, 2794, 2795, 2796, 2797, 2798, 2799, 2800, 2801, 2802, 2803, 2804, 2805, 2806, 2807, 2808, 2809, 2810, 2811, 2812, 2813, 2814, 2815, 2816, 2817, 2818, 2819, 2820, 2821, 2822, 2823, 2824, 2825, 2826, 2827, 2828, 2829, 2830, 2831, 2832, 2833, 2834, 2835, 2836, 2837, 2838, 2839, 2840, 2841, 2842, 2843, 2844, 2845, 2846, 2847, 2848, 2849, 2850, 2851, 2852, 2853, 2854, 2855, 2856, 2857, 2858, 2859, 2860, 2861, 2862, 2863, 2864, 2865, 2866, 2867, 2868, 2869, 2870, 2871, 2872, 2873, 2874, 2875, 2876, 2877, 2878, 2879, 2880, 2881, 2882, 2883, 2884, 2885, 2886, 2887, 2888, 2889, 2890, 2891, 2892, 2893, 2894, 2895, 2896, 2897, 2898, 2899, 2900, 2901, 2902, 2903, 2904, 2905, 2906, 2907, 2908, 2909, 2910, 2911, 2912, 2913, 2914, 2915, 2916, 2917, 2918, 2919, 2920, 2921, 2922, 2923, 2924, 2925, 2926, 2927, 2928, 2929, 2930, 2931, 2932, 2933, 2934, 2935, 2936, 2937, 2938, 2939, 2940, 2941, 2942, 2943, 2944, 2945, 2946, 2947, 2948, 2949, 2950, 2951, 2952, 2953, 2954, 2955, 2956, 2957, 2958, 2959, 2960, 2961, 2962, 2963, 2964, 2965, 2966, 2967, 2968, 2969, 2970, 2971, 2972, 2973, 2974, 2975, 2976, 2977, 2978, 2979, 2980, 2981, 2982, 2983, 2984, 2985, 2986, 2987, 2988, 2989, 2990, 2991, 2992, 2993, 2994, 2995, 2996, 2997, 2998, 2999, 3000, 3001, 3002, 3003, 3004, 3005, 3006, 3007, 3008, 3009, 3010, 3011, 3012, 3013, 3014, 3015, 3016, 3017, 3018, 3019, 3020, 3021, 3022, 3023, 3024, 3025, 3026, 3027, 3028, 3029, 3030, 3031, 3032, 3033, 3034, 3035, 3036, 3037, 3038, 3039, 3040, 3041, 3042, 3043, 3044, 3045, 3046, 3047, 3048, 3049, 3050, 3051, 3052, 3053, 3054, 3055, 3056, 3057, 3058, 3059, 3060, 3061, 3062, 3063, 3064, 3065, 3066, 3067, 3068, 3069, 3070, 3071, 3072, 3073, 3074, 3075, 3076, 3077, 3078, 3079, 3080, 3081, 3082, 3083, 3084, 3085, 3086, 3087, 3088, 3089, 3090, 3091, 3092, 3093, 3094, 3095, 3096, 3097, 3098, 3099, 3100, 3101, 3102, 3103, 3104, 3105, 3106, 3107, 3108, 3109, 3110, 3111, 3112, 3113, 3114, 3115, 3116, 3117, 3118, 3119, 3120, 3121, 3122, 3123, 3124, 3125, 3126, 3127, 3128, 3129, 3130, 3131, 3132, 3133, 3134, 3135, 3136, 3137, 3138, 3139, 3140, 3141, 3142, 3143, 3144, 3145, 3146, 3147, 3148, 3149, 3150, 3151, 3152, 3153, 3154, 3155, 3156, 3157, 3158, 3159, 3160, 3161, 3162, 3163, 3164, 3165, 3166, 3167, 3168, 3169, 3170, 3171, 3172, 3173, 3174, 3175, 3176, 3177, 3178, 3179, 3180, 3181, 3182, 3183, 3184, 3185, 3186, 3187, 3188, 3189, 3190, 3191, 3192, 3193, 3194, 3195, 3196, 3197, 3198, 3199, 3200, 3201, 3202, 3203, 3204, 3205, 3206, 3207, 3208, 3209, 3210, 3211, 3212, 3213, 3214, 3215, 3216, 3217, 3218, 3219, 3220, 3221, 3222, 3223, 3224, 3225, 3226, 3227, 3228, 3229, 3230, 3231, 3232, 3233, 3234, 3235, 3236, 3237, 3238, 3239, 3240, 3241, 3242, 3243, 3244, 3245, 3246, 3247, 3248, 3249, 3250, 3251, 3252, 3253, 3254, 3255, 3256, 3257, 3258, 3259, 3260, 3261, 3262, 3263, 3264, 3265, 3266, 3267, 3268, 3269, 3270, 3271, 3272, 3273, 3274, 3275, 3276, 3277, 3278, 3279, 3280, 3281, 3282, 3283, 3284, 3285, 3286, 3287, 3288, 3289, 3290, 3291, 3292, 3293, 3294, 3295, 3296, 3297, 3298, 3299, 3300, 3301, 3302, 3303, 3304, 3305, 3306, 3307, 3308, 3309, 3310, 3311, 3312, 3313, 3314, 3315, 3316, 3317, 3318, 3319, 3320, 3321, 3322, 3323, 3324, 3325, 3326, 3327, 3328, 3329, 3330, 3331, 3332, 3333, 3334, 3335, 3336, 3337, 3338, 3339, 3340, 3341, 3342, 3343, 3344, 3345, 3346, 3347, 3348, 3349, 3350, 3351, 3352, 3353, 3354, 3355, 3356, 3357, 3358, 3359, 3360, 3361, 3362, 3363, 3364, 3365, 3366, 3367, 3368, 3369, 3370, 3371, 3372, 3373, 3374, 3375, 3376, 3377, 3378, 3379, 3380, 3381, 3382, 3383, 3384, 3385, 3386, 3387, 3388, 3389, 3390, 3391, 3392, 3393, 3394, 3395, 3396, 3397, 3398, 3399, 3400, 3401, 3402, 3403, 3404, 3405, 3406, 3407, 3408, 3409, 3410, 3411, 3412, 3413, 3414, 3415, 3416, 3417, 3418, 3419, 3420, 3421, 3422, 3423, 3424, 3425, 3426, 3427, 3428, 3429, 3430, 3431, 3432, 3433, 3434, 3435, 3436, 3437, 3438, 3439, 3440, 3441, 3442, 3443, 3444, 3445, 3446, 3447, 3448, 3449, 3450, 3451, 3452, 3453, 3454, 3455, 3456, 3457, 3458, 3459, 3460, 3461, 3462, 3463, 3464, 3465, 3466, 3467, 3468, 3469, 3470, 3471, 3472, 3473, 3474, 3475, 3476, 3477, 3478, 3479, 3480, 3481, 3482, 3483, 3484, 3485, 3486, 3487, 3488, 3489, 3490, 3491, 3492, 3493, 3494, 3495, 3496, 3497, 3498, 3499, 3500, 3501, 3502, 3503, 3504, 3505, 3506, 3507, 3508, 3509, 3510, 3511, 3512, 3513, 3514, 3515, 3516, 3517, 3518, 3519, 3520, 3521, 3522, 3523, 3524, 3525, 3526, 3527, 3528, 3529, 3530, 3531, 3532, 3533, 3534, 3535, 3536, 3537, 3538, 3539, 3540, 3541, 3542, 3543, 3544, 3545, 3546, 3547, 3548, 3549, 3550, 3551, 3552, 3553, 3554, 3555, 3556, 3557, 3558, 3559, 3560, 3561, 3562, 3563, 3564, 3565, 3566, 3567, 3568, 3569, 3570, 3571, 3572, 3573, 3574, 3575, 3576, 3577, 3578, 3579, 3580, 3581, 3582, 3583, 3584, 3585, 3586, 3587, 3588, 3589, 3590, 3591, 3592, 3593, 3594, 3595, 3596, 3597, 3598, 3599, 3600, 3601, 3602, 3603, 3604, 3605, 3606, 3607, 3608, 3609, 3610, 3611, 3612, 3613, 3614, 3615, 3616, 3617, 3618, 3619, 3620, 3621, 3622, 3623, 3624, 3625, 3626, 3627, 3628, 3629, 3630, 3631, 3632, 3633, 3634, 3635, 3636, 3637, 3638, 3639, 3640, 3641, 3642, 3643, 3644, 3645, 3646, 3647, 3648, 3649, 3650, 3651, 3652, 3653, 3654, 3655, 3656, 3657, 3658, 3659, 3660, 3661, 3662, 3663, 3664, 3665, 3666, 3667, 3668, 3669, 3670, 3671, 3672, 3673, 3674, 3675, 3676, 3677, 3678, 3679, 3680, 3681, 3682, 3683, 3684, 3685, 3686, 3687, 3688, 3689, 3690, 3691, 3692, 3693, 3694, 3695, 3696, 3697, 3698, 3699, 3700, 3701, 3702, 3703, 3704, 3705, 3706, 3707, 3708, 3709, 3710, 3711, 3712, 3713, 3714, 3715, 3716, 3717, 3718, 3719, 3720, 3721, 3722, 3723, 3724, 3725, 3726, 3727, 3728, 3729, 3730, 3731, 3732, 3733, 3734, 3735, 3736, 3737, 3738, 3739, 3740, 3741, 3742, 3743, 3744, 3745, 3746, 3747, 3748, 3749, 3750, 3751, 3752, 3753, 3754, 3755, 3756, 3757, 3758, 3759, 3760, 3761, 3762, 3763, 3764, 3765, 3766, 3767, 3768, 3769, 3770, 3771, 3772, 3773, 3774, 3775, 3776, 3777, 3778, 3779, 3780, 3781, 3782, 3783, 3784, 3785, 3786, 3787, 3788, 3789, 3790, 3791, 3792, 3793, 3794, 3795, 3796, 3797, 3798, 3799, 3800, 3801, 3802, 3803, 3804, 3805, 3806, 3807, 3808, 3809, 3810, 3811, 3812, 3813, 3814, 3815, 3816, 3817, 3818, 3819, 3820, 3821, 3822, 3823, 3824, 3825, 3826, 3827, 3828, 3829, 3830, 3831, 3832, 3833, 3834, 3835, 3836, 3837, 3838, 3839, 3840, 3841, 3842, 3843, 3844, 3845, 3846, 3847, 3848, 3849, 3850, 3851, 3852, 3853, 3854, 3855, 3856, 3857, 3858, 3859, 3860, 3861, 3862, 3863, 3864, 3865, 3866, 3867, 3868, 3869, 3870, 3871, 3872, 3873, 3874, 3875, 3876, 3877, 3878, 3879, 3880, 3881, 3882, 3883, 3884, 3885, 3886, 3887, 3888, 3889, 3890, 3891, 3892, 3893, 3894, 3895, 3896, 3897, 3898, 3899, 3900, 3901, 3902, 3903, 3904, 3905, 3906, 3907, 3908, 3909, 3910, 3911, 3912, 3913, 3914, 3915, 3916, 3917, 3918, 3919, 3920, 3921, 3922, 3923, 3924, 3925, 3926, 3927, 3928, 3929, 3930, 3931, 3932, 3933, 3934, 3935, 3936, 3937, 3938, 3939, 3940, 3941, 3942, 3943, 3944, 3945, 3946, 3947,



REPÚBLICA DE ANGOLA

**Trichyugates nigroparvus**

- 2- Navio II o navio de motor "VENUS", registrado como propriedade do Poder Judiciário Vênus Shipping Limited de bandeira de Malásia.
- 3-Navio III o navio motor "CENTAURI" registrado em nome do Poder Judiciário Centauri Shipping Limited, com bandeira de Malásia (St. 48-57 Prov. Cant)

De caso em caso, problemas decorrem de interação e interdependência das relações jurídicas civis e criminais.

Enquanto isso, o 1º relatório jurídico temo-nos com dois pontos de referência para analisar o banco Western Bank Company e relacionado a National American, o conselho unitário como escopo para "WFA" e "WFA" e a sua relação as partes não necessariamente as garantias específicas para a obrigação.

Na 2ª diligência jurídica, ligamos com o advogado responsável e constatamos que a **Consolidated Shipping Ltd** e a **Northwards Maritime** não são empresas brasileiras e, portanto, a disputa não poderia ser resolvida no Brasil. Na terceira diligência, fomos a bordo da **MS Melita** para fazer o levantamento dos dados e a confirmação da documentação.

Firmamos e registramos a 3ª relação jurídica em que são co-contratantes, intervenientes e interessados a instituição bancária representada por Othona Bank, estabelecida na República da Grécia, no polo receptor e em compreensão no polo passivo os comerciantes Kler Marine, Admiral Navigation Limited, Vreus Shipping Limited, Cretan Shipping Limited.

No relatório acabado de receber as partes apresentando os dados integrantes do trabalho, como garantia especial das obrigações os atos seguintes:

Navio 3 de guerra, "ADMIRAL". Navio 4 de guerra "VIRAGE".  
Navio 5 de guerra "CENTAUR".



REPÚBLICA DE ARGENTINA

Tribunal Superior

Faço a faculdade acima de expedir podendo concluir tratar-se de relações jurídicas bem distintas com sujeitos, objectos e garantias bem distintas.

Outro não verifica-se ainda dos presentes autos que o documento denominado ordem de contrato de seguro oferecido ao navio CENTAURI como a garantia efetiva-se unicamente ao contrato de seguro celebrado entre a Overseas Bank e a instituição bancária complementando a qual a Western Charter também insinuou benefício com quem a Navitras C.O. recebeu o contrato de fideiussor fiavel.

Das provas carreadas aos autos a apelada não prova de que o navio CENTAURI com matrícula n.º 286 do ano de 1906 e de propriedade da Navitras-Maritime, foi transferido em garantia por dívidas que lhe dizem respeito. Já que os documentos arrolados de fls. 21 e 22, e 31 não contém alguma referência ao referido navio, e que o navio apelado foi objecto do contrato celebrado entre a Western Charter e a Navitras.

Aqui coloca-se a questão de saber-se se a Western Charter pode hipotecar o navio CENTAURI propriedade da Centauri Shipping como bem em garantia por dívidas contraídas pela NAVITRAS no contrato de fideiussor fiavel?

No campo do direito civil, diz-se que uma pessoa tem legitimidade para postular como parte quando é sujeito passivo ou activo de uma relação jurídica sobre a qual o referido acto vai exercer o seu efeito. Ou quando com efeito jurídico que lhe permite desdobrar efeitos jurídicos em outra pessoa alheia. Assim trata o direito civil argentino.

Nesta ocasião também encontramos o pensamento do Codigo de Processo Civil de 1906, art. 256, segundo a qual não possui legitimidade para ser parte no processo as pessoas que não tenham interesse directo e imediato no negocio e haverá sempre a legitimidade sempre que se pretenda fazer decider algum negocio jurídico entre as partes. Assumido de obrigados, que vinculou outras pessoas que não



REPÚBLICA DE ANGOLA

Tribunal Supremo

distintivas no negócio, dando origem à sanção jurídica de nulidade em anteleilíbrio.

Se nos atarmos à admissão concluída a 8 de Julho de 2004 entre Oceanic Bulk S.A. companhia inscrita estabelecida a luz das leis da República da Grécia designada como armador, e os navios King Marlin, Admiral Navigation Limited, Venus Shipping Limited, e Centauri Shipping Limited e N446, a 37 da Prov. Civil) estabelecendo entre outros termos o navio Centauri como uma das garantias, vamos verificar que não existe qualquer relação jurídica entre a Centauri Shipping e a Navifrans e a Western Bulk Carrier.

Do mesmo documento podemos também inferir que a Centauri Shipping, proprietária do navio centauri, é directa relativamente aos contratos celebrados entre a NAVIFRANS, capitaneada pelo navio arrestado e o Western Carrier.

Tratando-se de relações jurídicas distintas com sujeitos objectos e garantias bem distintas e porquanto a Navifrans não foi objecto de relação jurídica que vinculou o navio arrestado, a Western Carrier não detinha conhecimento indirecto, não dispunha de algum título jurídico, permitindo a prova de qualquer acto jurídico susceptível de vincular a Centauri Shipping.

Considerando como princípio geral das obrigações de que os bens do devedor respondem pelos seus débitos (art. 661-º do C. Civil) e permitindo ao credor que tenha justo acesso de pagar a garantia pertencente ao seu crédito poder requerer o arresto dos bens do devedor, nos termos da lei de processo.

O credor tem ainda o direito de requerer o arresto contra o devedor dos bens do devedor. Art.º 619 nos 1.º, 2.º do C.P.Civil.

Das precepções legais antes referidas é possível concluirmos de que o legislador considerou como regra geral de garantia das obrigações que sejam, mercantílicas, arrestadas ou executadas em princípio apenas as



REPÚBLICA DE ANGOLA

## Tribunal Supremo

bens do devedor, já que admissibilidade de apreensão de bens de terceiros só nos casos expressamente indicados pelo legislador.

Assim podemos concluir que de facto o embargo não tinha legitimidade substitutiva.

O embargo da providência cautela junto à fls. 48 a 50 indica de um contrato oferecido o modo como se hipotecou cada as partes, objecto do contrato de modo algum se assemelham com as partes, o objecto o garantia da relação material controversada na providência cautela.

A junção deliberada do referido documento mostra-se intencional porquanto visa induzir o Tribunal a que erre.

Nestas termos vai o embargo condenado na multa em Kz 24.000.00 (vinte e quatro mil kwanzas por diligência da lei).

Quanto à indemnização por se mostrar ilíquida e valor a atribuir deve ser fixado em execução de sentença.

Em resumo podemos dizer que decidie como se decidia mal agora o tribunal a quo.

## DECISÃO:

Rejeita-se a recurso e manda-se executar a sentença em costas de litigância;

1 - Recusar a decisão do tribunal, concedendo-lhe o recurso;

2 - Indicar o locatário a quem se deve pagar o aluguel de Kz 24.000.00.

- 3 - Condenar o apelante em indenização  
o apelante por sua fraude em relação ao  
Sistema;
- 4 - Condenar apelante em multa por falta  
de pagar de 10% do valor da causa (R\$ 10.000,00)  
(previdência e em favor do Estado);
- 5 - Exibir pelo apelante uma declaração  
concordando e firmada pelo apelante com o valor  
de R\$ 8.500,00 (oitos e cinco mil reais).

Assinado em 10/08/2007



TRIBUNAL SUPREMO  
CÂMARA DO CÍVEL E ADMINISTRATIVO  
CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, a presente Certidão que me é apresentada em duas  
vias, de papel regular, está de perfeita harmonia com o original, da qual foi  
manada e que para os efeitos legais que constatareis um valor de R\$ 1.000,00 de  
multa e de R\$ 1.000,00 de honorários que foram pagos em nome de  
MARCOS A. V. DE OLIVEIRA e inscritos nos autos do processo nº 0000000-0  
nesta Câmara.

Brasília, 21 de Novembro de 2006

RECEBIDA

11/21/2006

TRANSLATION

TO THE VENERABLE JUDGES OF THE SUPREME COURT

LUANDA

Record no. 955/05

WBC – Western Bulk Carrier K/S, with offices in Oslo, Norway, better identified in the documents quoted in the margin.

Pursuant to art. 201 of the Code of Civil Procedure, is challenging the invalidity of the Judgment in the above proceeding, due to omission of action stipulated in law which is required.

For that purpose, the parties benefit, through the rule of the free right to plead in the Court applied to, that is before the appeal is sent to the higher Court (art. 99 no. 1 or in the Court of appeal, that is after sending the appeal (art. 705).

From the principle of freedom contained in these two articles, it is concluded that they will be able to plead in the Court appealed to or only the Appellant, with the Appellee pleading in the higher Court, or only the Appellee, reversing the normal order of presentation of the pleadings, or both and then having to comply with the provisions of art. 705.

As the party is claiming to plead in the Court appealed to, it must present to that Court the petition for presenting an appeal, on which the order of a grant or dismissal will be based, Art. 687, no. 3, 4.

If the order is a grant, the proceeding will be for the account in order for the costs to be calculated, the appellant then being notified to make a deposit.

Once deposited, the parties have two days to apply for examination of the proceeding for pleading, the lawyer may, at the same time, also apply for the trust of the proceeding, in order to examine it in the office – art. 173 and 169.

If, however, having requested examination for pleadings, the party fails to attach them within the period set for this, the right to plead is lost, even in the higher Court – art. 705 no. 1

In the case sub judice, there are no records of any petition of the Appellee to request examination of the proceeding to plead and consequently the application for trust therefore for that purpose, thereby contradicting what is stated in the judgment.

For that purpose the duty of counter-pleading in the Court appealed to must result from an express application, including the examination of the proceeding. As no application for this has been made, the Court appealed to may not supply this statement of truth, then the Court “a quo” it is considered and although the pleadings might be presented to the Court “a quem”, because it is repeated there is no application for this in the records.

Thus, the Appellee considers that it did not exercise its right to counter-plead and as a result of its own Certificate produced by the undersigned, the Appellee was not notified to have a court decision communicated, because it was not the duty of the Court “a quo” to do so, subject to having been applied to for this. As that is the case, there is no reason to conclude that there was a claim of an essential formality in the action which generates the consequent invalidity of the judgment, in accordance with the provisions of art. 201 of the C.P.C.

As referred to above, the procedural action is, in essence, a formal action, that is, it is subject to a form of conclusion or establishment laid down in law, to be valid.

And, as shown above, as there was no petition to plead to the Court appealed to, essential formalities in law for the counter-pleadings were postponed, which clearly prejudiced making an organised and adequate defence by the Appellee and as a clear prejudice, that is irreparable, of its rights of defence.

Now,

Now there are no doubts that the final reason for counter-pleading is to reject on the grounds for the appeal which is why it is obvious that it cannot refrain from having the maximum [illegible] and require greater mention.

The counter-pleading is simply, the most relevant action for the purposes of implementing the principle of the adversary system, without which there is no transparency and guarantee of defence.

The Courts must not stop being demanding when examining the conditions for counter-pleadings, not in terms of formalism for the sake of formalism, but in the essential perspective of its final reasons, to give effective and full knowledge of its reasons, so that it can exercise its right of defence in full.

In the best form of law, w will have to apply for the Judgment in the above proceeding to be considered invalid.

(signed)  
The Lawyer  
Dr Samuel Mendes Mateus  
Card No. 452

AO  
VENERÁVEIS JUÍZES CONSELHEIROS  
DO TRIBUNAL SUPREMO.

LUANDA

Proc. n.º 98095

WEC - Western Bulk Carrier S/A, com sede em Cabo Verde, melhor identificada aos autos a margem volada.

Viso nos termos da art. 201 do C.P.C., arguo a nulidade do acórdão do processo supra, por violação de acto prescrito na lei, o que se requer.

Com efeito, as partes foram, por via da coisa do facto facultada de alegar ou no Tribunal recorrido ou seja, antes de o recurso ser expedido para o Tribunal superior, art. 697 n.º 1 ou no Tribunal da origem, isto é, depois da expedição do recurso (art. 709).

Do princípio da identidade consignado nestes dois artigos, resulta que a parte não pode alegar no Tribunal recorrido ou seja o Apelação, alegando a apelação no Tribunal superior, ou seja o Apelação, invocando-se então a ordem normal de apresentação das Alegações, ou ainda a dever então-se observar o disposto no art. 709.

Faltando a parte alegar no Tribunal recorrido, deve argumentar neste Tribunal o requerimento de intimação do recurso, sobre o qual recorre despacho do deferimento ou indeferimento. Art. 697 n.º 3, 4.

Se o despacho for de deferimento, tem o processo a seguir a fim de serem apurados os erros, ainda em segunda instância e respectivamente para se depositar.

Uma vez depositada, em qualquer dos dias para requerer carta de processo para alegação, podendo o Advogado, ao mesmo tempo, requerer também a continuação do processo, a fim de o mandar no processo - art. 173º e 162º.

Se no recurso requerido exonerar para alegações, a parte não junta no prazo que lhe seja dado, perde o direito de alegar, mesmo no Tribunal superior - art. 214, II, c. 5.

No caso em questão, não consta dos autos qualquer requerimento do Apelado a pedir exoneração do processo para alegar e consequentemente o pedido de concessão do mesmo para esse fim, considerando-se deste modo o que se disse no acórdão.

Todo claro o dever da parte - alegar no Tribunal recorrido, deve resultar de um pedido expresso, incluindo o teor do processo. Não sendo lançado pedido nesse sentido, não pode o Tribunal recorrido negar esta manifestação de vontade, daí que o Tribunal "a quo" considere a falta que as Alegações poderiam ser apresentadas ao Tribunal "ad quem", porque repetem, não cabem nos autos e pedido não se julga.

Assim o Apelado considera que não atende o seu direito de Contra-Alegar e sem resultado da própria Contradição pela qual o Apelado não foi admitido para ser admitido de uma decisão judicial, até porque não compete o Tribunal "a quo" fazer-lhe, salvo se lhe tivesse sido pedido. Assim sendo não há como não concluir que houve violação de uma formalidade essencial do ato que gera a jurisdição, validade do acórdão, de harmonia do disposto no art. 214 do C.P.C.

Como parece resultar, o ato processual é, por essência, um ato formal do juiz, isto significa a uma forma de elaboração e de elaboração legalmente prevista, para que seja válida.

E como nessa área (jurisdição), não sendo lida, requerimento para alegar ao Tribunal recorrido, como poderíamos formalidades essenciais do ato para o ato de Contra - Alegar, o que prejudica o caráter de uma defesa organizada e alegada por parte do Apelado e em claro prejuízo, além de prejudicar dos seus direitos de defesa.

Ora,

Daí não existam quaisquer dúvidas que a falta do Contra - Alegar é prejudicial ao fundamento do recurso, pela qual é evidente que não pode deixar de resultar das razões expostas de exigir a maior atenção.

A Contra - Alegação é simplesmente, o ato mais relevante para efeitos de realização do princípio da contraditório, sem o qual não há imparcialidade e justiça da defesa. Pela que,

Os Tardos não devem deixar de ser considerados um exemplo de conscientização da Condição - Algoritmica, não um exemplo do formalismo por formalismo, mas: na perspectiva essencial da sua ação. Não, um conhecimento efetivo e pleno de suas razões, para não apenas poder vencer o seu desafio da defesa na sua profissão.

Temas em que eu e os outros autores de discussões nos reunimos, que são bastante mais a respeito de questões de política, como a questão de gênero.

ಅಭಿಮಾನಿಗಳಿಗೆ ಸ್ವಾಗತ

~~Dr. Sauer~~

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

CLAIM

PROCEEDING No. 955/06

IN THE CIVIL AND ADMINISTRATIVE CHAMBER OF THE SUPREME COURT, IT WAS AGREED IN CONFERENCE, IN THE NAME OF THE PEOPLE:

Having notified the decision based on the judgment on folios 211 to 220, an appeal was lodged to make a claim (folios 229 to 231) on the following grounds:

That the party benefits through the rule of law from the free right to plead in the court appealed to or in the higher court.

That it did not exercise its right to counter-plead then there was the omission of an essential legal formality which generates the invalidity of the judgment.

Ends by applying for the judgment entered to be declared invalid.

DECIDING

From the records, we can check that the agent of today's plaintiff was personally and properly notified on folio 201 to make payment for preparation for the judgment and that it did so without the above-mentioned omission.

If we are facing a secondary invalidity, the plaintiff has a period of five days to raise a plea pursuant to no. 1 of art. 205 of the *Code of Civil Procedure*, and the person raising a plea is not permitted preclusion of the right to plead that invalidity.

[emblem]

REPUBLIC OF ANGOLA

*Supreme Court*

In no way could the plaintiff enter the stipulations of art. 688 since the facts now pleaded could not be subsumed into the rule stated above.

Moreover, we would point out that the records, in addition to being proven that it is a case of completely distinct legal relationships with well-identified object subjects and guarantees, it was also proven that NAVITRANS owner of the vessel arrested was not a party to the disputed legal relationship, then in no way could the vessel Centauri be arrested, in that way, we have to conclude that presenting counter-pleadings would in no way contribute anything new to the records likely to change the decision given.

The arguments referred to by the plaintiff are fallacious and aim only to delay the useful effect of the decision, thence the claim is deprived of any support, either in fact, or legal.

DECISION:

[hand-written text:

On these terms and grounds, it was agreed [illegible]:

- Deny the claim proceeding relating to the judgment appealed to
- Costs for the plaintiff [illegible]

Luanda, 20/11/07  
(signed)

  
REPÚBLICA BRASILEIRA  
Tribunal Supremo  
RECLAMAÇÃO

PROCESSO Nº 55206

DA CÂMARA DO CÍVEL E ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL  
SUPREMO, ACORDAM, EM CONFERÊNCIA, EM NOME DO  
POVO:

Notificado da decisão revogada sobre o acórdão de fls. 211 a 220, pelo  
qual o agravo foi deduzido reclamação (fls. 225 a 231) com os seguintes  
fundamentos:

Que a parte gozava por via da regra do direito de livre locução  
de alegar ao tribunal recorrido ou no tribunal superior;

Que não restava a sua direito de contra alegar tal que tinha  
a prerrogativa de uma formalidade legal essencial para a  
validade do acórdão.

Termínio requerido que seja declarado nulo o acórdão proferido.

**DECIDENDO.**

Das autos produzidos verifica-se que o Juízo mandante do ora reclama-  
mente foi pessoal e regularmente notificado a fls. 201 para efetuar o  
pagamento do precatório para julgamento o que fez sem para tal ter sus-  
citado qualquer dúvida.

No caso em questão para uma manifestação secundária, tendo o reclama-  
nante o prazo de cinco dias para a suscitare nos termos do art. 1º do art.  
345 do C. P. Civil, e não a suscitando penhora a prescrição do direito  
de alegar tal nulidade.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Tribunal Superior

De modo algum o reclamante podia lançar mão do estabelecido no art. 588º porquanto os factos em litigação não são susceptíveis de norma jurídica.

Outrossim apelo a declarar que os autos para além de ficarem privados de relações jurídicas completamente distintas com sujeitos objectos e garantias bem identificáveis, também ficam privados que a VIA ULTRAJES propriedade do navio arrendado não foi por causa relação jurídica controversada, daí que de modo algum poderia ser preso pelo o navio Centauri, deste modo, salienta a conclusão que representa das actas alegadas em nada iria trazer de novo aos autos, succepe vel a salientar a decisão proferida.

Os argumentos aduzidos pelo reclamante são infundados e visam apenas retardar o efeito final da decisão, daí que o reclamante se apresenta destituído de qualquer sustentáculo, por de facto, quer logo.

DECISÃO:

Rejeita, limpa e fundamenta a excepção de incompetência do Tribunal por:

- Não se trata de excepção de incompetência, mas sim de excepção de incompetência.

- Não há qualquer excepção de incompetência, mas sim de incompetência.